



MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PARAIPABA

Aos 27 dias do mês de julho do ano de 2015, às 13 horas e 20 minutos, compareceram ao auditório da Câmara de Vereadores, na Cidade de Paraipaba-CE, aqueles que constam na lista de presença para participar da audiência pública, ressaltado os que não entraram em virtude da impossibilidade física do auditório, promovida pelo Ministério Público Alencarino, com o **tema Segurança Pública**. Iniciadas as formalidades, foi convidado para presidir a mesa o Promotor de Justiça Dr. Ariano Arlan Neves, titular da Comarca de Paraipaba. Em seguida o representante do Poder Legislativo Rinauro Henrique Moreira de Azevedo. O Poder Executivo foi representado pelo Cel. da PM Werisleik Matias. A Secretaria da Segurança Pública foi representada pelo Delegado de Polícia Marcos Aurélio. Representando o Comando-Geral da Polícia Militar compareceu o Tenente Coronel Ricardo Moura. Estiveram presentes ainda os comandantes dos destacamentos de Paracuru e de Paraipaba, Robert Charles e o Sargento PM Leite, respectivamente. Representando da Associação de Moradores de Paraipaba AMPAR, vieram o senhor Ricardo Lúcio, a senhora Sebastiana Sena e Regina Lúcia Simplício. Após a formação da mesa todos os presentes ficaram de pé para execução do Hino Nacional. Feitos os agradecimentos iniciais pela presença de todos, foi passada a palavra para ao Membro do Ministério público que cumprimentou as autoridades representantes dos órgãos convidados, os secretários do governo municipal, os vereadores e os populares que ali se faziam presentes. Destacou a iniciativa da população que, por intermédio da senhora Sebastiana Sena, procurou o Ministério público "*clamando*" por ajuda, em vista dos constantes atos de violência que tem apavorado a população de Paraipaba, sendo esse o motivo para a realização da presente audiência com a participação da população e também das autoridades que fazem parte do sistema de segurança pública do Estado do Ceará. Enfatizou que o Ministério Público estará sempre de portas abertas para o cumprimento da lei, enalteceu a iniciativa dos integrantes do movimento liderado pela senhora Sebastiana Sena porque, de forma organizada, constituíram a AMPAR, dando personalidade jurídica, auspiciando um movimento mais forte de moradores do Município. Aconselhou a todos a convergirem interesses a partir da associação. Falou sobre a cadeia pública, informou que estava atento quanto a superlotação daquele local, tendo inclusive enviado ofício à Secretaria de Justiça do Estado alertando sobre os riscos aos quais os presos estavam expostos, diante da superlotação carcerária, destacou que seu contato com órgão competente, no caso a Vara das Execuções Penais e a SEJUS deu-se quando a cadeia atingiu o número de 40 custodiados, o Ministério Público antecipava-se para evitar a ocorrência de episódio semelhante ao da tarde do sábado, dia 25 de julho de 2015, quando presos da cadeia pública de Paraipaba entraram em confronto, tendo inclusive havido disparos de arma de fogo, colocando em risco a vida dos demais detentos. Informou aos presente que no mês de fevereiro de 2015 ingressou com uma Ação Civil Pública requerendo ao Estado a construção de uma cadeia maior e que viesse abrigar a todos que tivessem que cumprir pena privativa de liberdade, salientou que o processo de viabilização da nova cadeia, nos moldes do requerido na Ação Civil Pública, está tramitando, muito embora de forma lenta.

Lembrou o objetivo da audiência pública que era para debater a segurança pública no sentido de identificar mecanismos que, ao serem implantados, venham garantir a tranquilidade de povo de Paraipaba. Elogiou o trabalho realizado pela polícia militar tendo a frente o Sargento Leite. Informou aos presentes a forma como serão conduzidas as apresentações dos temas abordados pelas autoridades e que foi nomeado Ricardo Lúcio, representante da AMPAR para fazer as interlocuções ou diretamente pelos presentes, por escrito aos convidados do governo responsáveis pela segurança pública.

Dada a palavra para o representante do município, Cel. PM Werisleik Matias saudou a todos da mesa, mencionou sobre o clima de insegurança geral que se vive no Brasil. Falou que segurança pública é um bem social a ser perseguido por todos, porque não basta apenas reclamar por aumento de efetivo policial. Destacou a importância das pessoas que, de forma organizada, a exemplo da AMPAR, passaram a cobrar dos órgãos de segurança pública as melhorias que a população precisa. Informou que “*o município é copartícipe da segurança*”, porém não pode assumir essa responsabilidade de forma total. O município se dispõe a buscar soluções entre os órgãos estaduais, trazer o serviço de inteligência policial para mapear a realidade de Paraipaba. Lamentou o baixo efetivo de policial militar que está sob o comando do Sargento Leite. Também fez referência ao Estado do Ceará que conta com um efetivo menor do que realmente deveria ser. Encerrou suas palavras enfatizando sobre a necessidade da união de todos para alcançar os objetivos previstos nesta audiência pública.

Fazendo uso da palavra ao Vereador Rinalro Henrique Moreira de Azevedo, Presidente da Câmara, cumprimentou a todos, parabenizou pela iniciativa da audiência. Mencionou a presença dos Vereadores Vandélio, Paulo Narcizio, Rosiane e José Edival. Lembrou da preocupação da população que vive amedrontada com a violência. Informou que quase todos os dias estão ocorrendo casos de violência do tipo assassinatos, roubos, tráfico de drogas em praça pública. Baixo efetivo de policial. Mencionou que os Municípios de São Gonçalo, Paracuru e Trairi são equipados com batalhões de polícia militar, enquanto que Paraipaba “*ficou esquecida*” sem efetivo. Dirigindo-se ao representante do Município, apelou para que o Paraipaba venha municipalizar o trânsito e implantar a guarda municipal, considerando que o Estado não dispõe de efetivo policial, sendo que com a criação da Guarda o Vereador espera que Paraipaba possa dispor de vigilância municipal na praça e com isso venha afugentar os traficantes que fazem uso da praça pública para vender drogas. Lembrou que o povo deseja sair desta reunião com uma resposta. Disponibilizou a Câmara de Vereadores para atender aos anseios do povo, para aprovar projetos que beneficiem a população, incentivo para a polícia, finalizou parabenizando ao Ministério Público pela realização deste evento.

O representante da Secretaria de Segurança Pública Dr. Marcos Aurélio, Delegado Regional, falou dos problemas atuais e os definiu como graves, contudo lembrou que em outras ocasiões Paraipaba já teria passado por problemas semelhantes. Lembrou que no ano de 2014 existiam problemas piores com uma relação de pessoas a serem mortas. No período festivo e à noite a comunidade ficava em casa amedrontada. Diante daquela situação a polícia diligenciou, prendeu as pessoas que estavam a frente dessa organização, outros foram mortos trazendo calma à cidade pelo período de aproximadamente sete a oito meses. Alertou para que as pessoas façam uma leitura correta e transparente de tudo que está acontecendo. O problema de segurança pública não se restringe apenas a atuação da polícia, só o policiamento não resolve o problema; Faz-se necessário a adoção de políticas públicas, definição de áreas de lazer, criação de quadras poliesportivas, locais para os jovens praticarem esportes, “*precisamos trabalhar os jovens*”, destacou. Ainda com a palavra indagou se existia CCS, Conselho tutelar, cobrou a atuação do conselho tutelar, Conselho do idoso, conselho da mulher, CREAS, CRAS CAPS, “*todos da rede precisam estar unidos para batalhar juntos e dividir as responsabilidades*”. Enfatizou que só a atuação da polícia não resolve o problema, que a

polícia está pronta para atuar apenas nos momentos de crise para prender. Notou a ausência do representante da Secretaria de Justiça. Citou a diferença das competências existente entre a Secretaria de Justiça e a Secretaria de Segurança, informando que são órgãos diferentes e atribuições também diferentes. Lembrou do episódio dos tiros havidos na cadeia de Paraipaba, na data de 25 de julho de 2015 e que a população deve fazer as cobranças que são necessárias aos órgãos competentes, inclusive as ações que são de competência do município, que cada um cumpra com suas responsabilidades. Trouxe explicações sobre direitos dos adolescentes e sua formação no seio da sociedade, sendo este muitas vezes vítima dela – sociedade -. Informou que está em andamento o concurso público para delegados, escrivães e inspetores da polícia civil. Comprometeu-se em reforçar a equipe da polícia de Paraipaba, sendo esse seu compromisso e do Governo do Estado. Exigiu ser cobrado tão logo sejam nomeados os novos servidores da polícia civil. Lembrou que o número de policiais de Paraipaba é pequeno, pois o cartório conta apenas com uma escrivã. Contudo, no começo de 2016, novos concursados serão empossados e destes haverá designações para o exercício da atividade policial em Paraipaba. Informou que o efetivo estará disponível apenas no começo do ano de 2016, porém enfatizou a necessidade de exigir a execução de políticas públicas. Indagou a respeito de quantas quadras poliesportivas existiam no Município, perguntou qual seria o distrito mais carente, respondendo sua própria pergunta, fez menção à localidade de “Vila por do Sol” em Lagoinha, onde os adolescentes não dispõem de nenhum equipamento de lazer, tendo que ficar na esquina a mercê do traficante. Exortou a todos a “*chamar a responsabilidade*” da rede, do Governo Municipal, do Conselho Tutelar. Finalizou colocando-se a disposição, incentivou a participação de todos, inclusive quantos as cobranças porque são a partir das cobranças que surgem as prioridades.

Cel. PM Ricardo Moura, representando a Polícia Militar, usando a palavra cumprimentou a todos, ressaltou a preocupação da polícia militar. Disse que o objetivo do momento era trazer a força tática para fazer o trabalho de reforço. Esclareceu que a maior preocupação da polícia é extrair do meio da população os traficantes, os cabeças do tráfico. Falou que a polícia está criando o patrulhamento na área rural onde terá uma viatura, disponível 24 horas em toda região da área rural para fazer as abordagens necessárias. Destacou parceria de ação com a Polícia Civil e o Ministério Público e também as atividades policiais desenvolvidas pelo Sargento Leite e seus comandados. Informou que a partir daquele momento reforçaria o trabalho já realizado pela polícia militar local.

Cedida a palavra ao representante da AMPAR, Ricardo Lúcio, este apresentou números relativos a população local e ao número de policiais disponíveis para realizar o patrulhamento fazendo comparações ao contingente de policiais em Paracuru em relação aos policiais que prestam serviços em Paraipaba. Apresentou números relativos a violência e o número de homicídio. Feitas as colocações dos dados, indagou ao Cel. Ricardo Moura sobre a possibilidade de aumentar o efetivo da Paraipaba. O Comandante da PM por seu turno, informou que a corporação está em fase de conclusão do curso de soldados, carecendo que o Governo faça a nomeação de novos PMs na sede do Batalhão, ficando a cargo do capitão de Paracuru fazer o deslocamento do efetivo para Paraipaba. Na mesma oportunidade o Promotor de Justiça, Ariano Arlan, indagou se haveria possibilidade do Governo se comprometer em disponibilizar um número específico de policiais. Teve como resposta que seria possível fazer deslocamento da viatura para fazer o patrulhamento pois no momento não existe a condição de remanejar policiais. O Delegado Regional de polícia trouxe informações comparativas a cidade de Itapipoca. Voltando a palavra ao representante da AMPAR, trouxe outro tema, desta feita relativa ao trânsito de Paraipaba, informou números de acidentes envolvendo condutores de veículos. Por final dirigiu sua pergunta ao representante do município sobre quais seriam as medidas que o Município adotaria para sanar os problemas relativos a circulação de veículos. Respondendo, Werisleik Matias informou que existem dois

desafios: A implantação da guarda municipal e a municipalização do trânsito. Enfatizou que não existe a guarda municipal, o que existe é um convênio firmado com o Estado do Ceará, na seguinte condição: O Governo do Ceará implantaria em Paraipaba o Projeto PRO CIDADANIA, em contrapartida o Município criaria a guarda municipal. Quanto a responsabilidade do município, o projeto da guarda *“está pronta a mais de ano”* estando o Município aguardando que o Estado cumpra com sua parte que é fazer a formação humana, treinar os servidores e fazer a doação de uma viatura. Lamentou a situação econômica vivida no país, o que dificulta os investimentos. Quanto a municipalização do trânsito, mencionou o quadro da situação de tráfego na cidade onde uma motocicleta chega a transportar de duas ou três pessoas de uma só vez. Penalizou-se pois entende que essa situação vai acabar, a partir do momento em que o trânsito for municipalizado, advertiu que muitos dos que estão presentes nesta reunião *“irão sentir-se mal com a municipalização do trânsito,”* sendo que por conta desta situação muitas das vezes os municípios ficam empurrando com a barriga a municipalização do trânsito. Continuando sua fala retornou ao assunto segurança, direcionou-se para o Presidente da Câmara, lamentou que seja um pensamento comum das pessoas que a segurança e a parte social seja de competência única e exclusiva do Prefeito, concluiu perguntando: *“Quantos projetos sobre lazer e ocupação dos jovens foram apresentados a Câmara?”* Opinou que se deve compartilhar responsabilidades, sem apedrejar apenas o prefeito. Fez referência a cidade de New York, que diante de casos semelhantes de violência, abriu as escolas 24 horas, com professores ensinando esporte, cobrou ao presidente da Câmara, perguntou quantos projetos desta natureza foram votados pela Casa Legislativa. Sugeriu que a população provocasse os vereadores, contribuíssem com ideias. Encerrou suas palavras lembrando Madre Tereza de Calcutá quando a religiosa foi interpelada sobre o significado do seu trabalho, teria a freira respondido da seguinte forma: *“o meu trabalho no mundo significa uma gota d’água no oceano, mas com certeza, sem o meu trabalho o oceano seria menor”*

O Representante da AMPAR voltou a tratar especificamente do assunto guarda municipal. Fez leitura do Projeto de Lei que trata sobre a criação da Guarda Municipal e da Defesa Civil de Paraipaba, que foi aprovado em 14 de março de 2013, no qual se autorizava a criação de dois cargos de chefias e dez cargos de guarda. Após a leitura, o representante indagou sobre qual o motivo do município ainda não ter apresentado esses profissionais ou ter feito concurso público para preenchimento das vagas, sendo que apenas os ocupantes dos cargos de chefia estão em exercício. Respondendo a pergunta, Werisleik Matias, admitiu o atraso da implantação da guarda, justificou a demora como sendo uma falha do Governo Estadual, esclareceu que não está autorizado para falar sobre concurso público, porém em relação a guarda municipal e ao programa PRO CIDADANIA, assegurou que ambos serão implantados ainda este ano. Quanto a nomeação dos cargos de chefia informou tratar-se da nomeação de um coordenador, responsável pela interlocução entre o Município e o Governo do Estado. Comprometeu-se diante do Ministério Público, trazer os documentos e mostrar a cronologia das atividades em prol da implantação da guarda.

Fazendo as considerações finais, ainda falando em nome da AMPAR, Ricardo exortou que *“governar é acima de tudo, assumir responsabilidades, chamar para si a liderança, e principalmente resolver as situações aqui apresentada”*. Agradeceu.

O Promotor de Justiça, presidente da mesa, tomou a palavra, agradeceu a presença de todos, fez o encerramento da audiência informando que o Ministério Público ao fazer o fechamento desta sessão confeccionará uma Ata que estará disponível a todos os participantes no prazo de cinco dias na Promotoria e no sítio do Ministério Público do Ceará conforme § 2º, do art.4º da Resolução nº 82/2012 do CNMP, nada mais havendo a tratar, foi declarado encerrado o evento e eu Bartolomeu Acácio Pontes, lavrei a presente Ata que ao final será assinada por mim e pelo Excelentíssimo Promotor de Justiça, Ariano

Arlan Neves, titular da Comarca de Paraipaba, responsável pela audiência pública, havendo o registro das assinaturas dos demais participantes em folhas avulsas.


Bartolomeu Acácio Pontes
Técnico Ministerial PGJ CE


Ariano Arlan Neves
Promotor de Justiça